

Freguesia de Ferreira De Aves

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA  
**“INSTALAÇÃO DE MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL”**

Concurso Público

Procedimento Pré-contratual n.º 01/2023

**PROGRAMA DO CONCURSO**

**CAPÍTULO I - OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO**

**Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso**

1. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP»), sendo designado por “Aquisição de serviços para a Instalação de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível”.
2. O presente procedimento tem como objeto principal a melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas, nos termos previsto no caderno de encargos.

**Artigo 2.º - Entidade pública adjudicante**

A entidade adjudicante é a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, pessoa coletiva de direito público n.º 506 634 426, sita na Rua da Junta de Freguesia s/n, 3560-044 Castelo, com o endereço eletrónico: [geral@jfferreiradeaves.pt](mailto:geral@jfferreiradeaves.pt).

### **Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar consta na ata da reunião extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2023, por deliberação da junta de freguesia de Ferreira De Aves, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, conjugado com o disposto 18.º, n.º 1, al. b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua atual redação.

## **CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **Artigo 4.º - Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do órgão competente para a decisão de contratar, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma, até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação das peças do concurso até ao dia referido no número anterior.

4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Artigo 5.º - Erros e omissões das peças do procedimento**

Até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.

#### **Artigo 6.º - Modo e prazo para apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/> até às 23h59 do 15.º dia a contar da data da publicação do anúncio no Diário da República.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
4. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à hora e data referidas no n.º 2 do presente artigo.

5. Os prazos para apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

#### **Artigo 7.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma eletrónica.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

#### **Artigo 8.º - Documentos e elementos que constituem as propostas**

1. Os preços dos trabalhos propostos pelos concorrentes devem incluir todas as especificações definidas nos artigos técnicos do caderno de encargos.

2. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos e elementos, sob pena de exclusão:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, e que constitui o Anexo I do presente programa do concurso, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente programa do concurso, que deve ser enviado num ficheiro com extensão tipo "xls";
- c) Nota justificativa dos preços propostos, de acordo com a descrição e preços unitários, de acordo com o mapa de quantidades ínsito no caderno de encargos;
- d) Programa de todos os trabalhos e elementos necessários, do qual conste:
  - i.* Memória descritiva simplificada da metodologia a utilizar para a realização da prestação de serviços, discriminada pelas diversas tarefas e fases que a compõem;
  - ii.* Relação dos meios técnicos/humanos e tecnológicos que se propõe (m) utilizar;
  - iii.* Plano de trabalhos, do qual constará, um diagrama de barras com a sequência das principais tarefas a realizar, especificando as questões críticas que podem condicionar a sua execução, incluindo a previsão do número de reuniões a realizar com a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves no âmbito da execução dos projetos;

*iv.* Plano de pagamentos.

e) Equipa(s) técnica(s) constituída(s) nos seguintes termos:

*i.* O coordenador da equipa deverá ser engenheiro ou engenheiro técnico com experiência em coordenação de projetos de dimensão semelhante ao objeto do presente procedimento;

f) Documentos que comprovem o estabelecido no número anterior, designadamente:

*i.* Currículo do coordenador do projeto e dos restantes técnicos que integram a equipa do projeto;

*ii.* Cópias dos cartões de membro da Ordem Profissional a que pertencem ou, em substituição, declarações que atestem a inscrição dos técnicos como membros da referida Ordem Profissional;

g) Quaisquer outros documentos que o(s) concorrente(s) considere(m) relevantes, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, para melhor esclarecimento dos atributos da(s) proposta(s);

h) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 3 do artigo 24.º;

i) Certidão permanente e se aplicável procuração;

j) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);

3. Os preços não incluem IVA e são indicados em euros e em algarismos, até duas casas decimais.

4. As propostas deverão mencionar expressamente que aos preços acresce IVA à taxa legal em vigor.
5. Não é permitida a apresentação de propostas com alterações de artigos do caderno de encargos.
6. Quaisquer encargos relativos à elaboração das propostas, incluindo estudos, testes ou outras atividades com ela conexas, são suportados integralmente pelos concorrentes.

#### **Artigo 9.º - Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **Artigo 10.º - Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas**

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 66 dias.

### **CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 11.º - Preço anormalmente baixo**

Nos termos e, para os efeitos do estatuído na parte final do n.º1, do artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 20% ou mais inferior ao preço base.

#### **Artigo 12.º - Critério de adjudicação**



O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, determinada através da modalidade Multifator, considerando os fatores de apreciação e respetiva ponderação que o densificam, a saber:

Preço da proposta: 40%

Qualidade técnica da proposta: 60%

A proposta economicamente mais vantajosa resultará assim aplicação do modelo de avaliação das propostas, pela ponderação dos fatores em conformidade com a seguinte expressão matemática:

$$PF = (PP * 0,40) + (QTP * 0,60)$$

Sendo:

PF: Pontuação final

PP: Preço da proposta

QTP: Qualidade técnica da proposta

O fator “**preço da proposta (PP)**” obtém-se por aplicação da seguinte formula matemática:

$$PP = (PAB/VPC) * 20$$

Sendo:

VPC: Valor da proposta do concorrente

PAB: Preço anormalmente baixo, determinado em conformidade com a cláusula 11.<sup>a</sup> deste programa

PP: Preço da proposta

O arredondamento é efetuado às centésimas.

Para efeitos de apuramento da pontuação no fator **“Qualidade técnica da proposta (QTP)”**, serão considerados os seguintes subfatores e coeficientes de ponderação:

Memória descritiva e justificativa: 65%

Plano de trabalhos: 35%

- a) No que se refere à memória descritiva e justificativa (MDJ), será analisado o grau de detalhe da mesma e metodologia de trabalho proposta para a execução da prestação em apreço, em função da descrição pormenorizada das soluções propostas e, adequação da descrição relativa às interligações entre várias vertentes que compõem a estrutura da proposta, bem como, de outros aspetos que garantam o cumprimento do prazo de execução da prestação de serviços. A memória descritiva e justificativa do modo da prestação de serviços, relativa aos diferentes locais de intervenção, deve referir um conjunto de aspetos técnicos, administrativos e funcionais que contribuirão para a boa execução das diferentes tarefas, com respeito

pela cartografia constante do procedimento e Caderno de Encargos, nomeadamente técnicas operativas, designadamente relativas ao abate obrigatório de árvores, de modo a respeitar-se a imposição legal de afastamento de 10 metros entre copas, como determina o Decreto – Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, e posteriores alterações, designadamente o Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21/01 e restante normativo legal sobre esta matéria, para salvaguarda de pessoas, bens e património edificado (sua metodologia a utilizar) e seu relacionamento com proprietários; limpeza de linhas de água de modo a que estas fiquem limpas e desobstruídas (descrição da metodologia a implementar); a remoção total de matos, podas e desramações e recolha e eliminação de resíduos (soluções preconizadas a detalhar), na rede primária, mosaicos e secundária, modos de execução e coordenação; organização de eventual estaleiro, serviços afetados (número de frentes de trabalho); referência aos meios afetos (equipamentos, seu estado de conservação, respetivos rendimentos e outros) a utilizar, caracterização das interdependências e encadeamentos das diferentes fase de desenvolvimento das tarefas programadas (eventuais gráficos PERT –CPM), controlo de qualidade, gestão ambiental (ruído, ar, água, resíduos, preservação de ecossistemas, salvaguarda da regeneração natural das espécies autóctones, riscos de incêndios e respetivas medidas mitigadoras, eliminação das espécies infestantes, etc), bem como a prevenção dos riscos de segurança e saúde no desenvolvimento das diferentes tarefas e as medidas de segurança, saúde e higiene no trabalho a aplicar e utilizar na prestação de serviços.

Como também a metodologia comportamental de relacionamento com os diferentes proprietários das parcelas a intervencionar e a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves.

- b) No que concerne ao plano de trabalhos (PT), será analisado o seu detalhe, com a identificação das precedências e do seu caminho crítico, se o mesmo define com precisão os momentos de início e de conclusão de cada uma das tarefas a intervencionar conforme cartografia e caderno de encargos, ou seja, o plano de trabalhos é o mapa cronológico da execução dos diferentes tipos de tarefas, devendo ser apresentado sob a forma de gráfico de barras (gráfico Grantt) e com unidade de tempo (mês) subdividida em semanas.
- c) Relativamente a este fator qualidade técnica da proposta, a apreciação e valorização dos subfactores (memória descritiva e justificativa e plano de trabalhos) será feito com base nos níveis qualitativos de avaliação dos diferentes aspetos propostos para avaliação destes dois subfactores (constantes nas alíneas anteriores) seguidamente discriminados:

## - Subfator memória descritiva e justificativa (MDJ)

OMISSA	Omissa ou desajustada a descrição de conteúdos.	[0.6[ pontos
INCOMPLETA	Não cumpre, incompleta, genérica, não descrevendo alguns dos aspetos essenciais exigidos de adaptação à prestação de serviços.	[6.10[ pontos
SATISFAZ	Verifica de forma simplificada, expõe ou cumpre razoavelmente os aspetos essenciais exigíveis de adaptação à prestação de serviços, elaborada de modo pouco extensivo, embora com algumas lacunas e incongruências de adequação às tarefas a desenvolver.	[10.14[ pontos
BOM	Verifica descrição tão completa e extensiva quanto possível e cumpre a quase totalidade dos aspetos essenciais exigíveis, de adaptação à prestação de serviços, revelando conhecimento da área de intervenção das tarefas, das diversas componentes dos trabalhos, a desenvolver, revelando articulação, com a nota justificativa do preço proposto, lista dos preços parciais das	[14.18[ pontos

	tarefas, o plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra, e aborda de modo simplificado as medidas ambientais e de segurança a aplicar na prestação de serviços, bem como os respetivos materiais e equipamentos.	
EXCELENTE	<p>Verifica, descrição completa de conteúdos, corretamente elaborada e desenvolvida, cumpre integralmente os aspetos essenciais exigíveis de adaptação à prestação de serviços, com congruência e harmonia, de forma clara, completa e sintática, com elevada pormenorização, e detalhe das diferentes tarefas, materiais e equipamentos, suas origens e fases de tarefas, relacionando o planeamento da obra, mão-de-obra e equipamentos com as diversas componentes do projeto, revela integral conhecimento da área de intervenção em toda a sua extensão, das diversas componentes das tarefas e das exigências legais e regulamentares em vigor, bem como do caderno de encargos, no tratamento pormenorizado, planeado e descritivo do tratamento dos resíduos e em todos os</p>	[18.20] pontos

<p>aspectos relativos às questões ambientais e de segurança e saúde nas tarefas a desenvolver e meio envolvente, bem como excelente metodologia de relacionamento com proprietários e Freguesia.</p>
--

- Subfator Plano de trabalhos (PT)

OMISSO	Omisso, incompleto, genérico ou ausente o encadeamento dos diferentes trabalhos da prestação de serviços e ou sem representação das diferentes tarefas nos termos exigidos.	[0.6[ pontos
INCOMPLETO	Programação e encadeamentos de tarefas desajustadas e ou sem rigor e inexistência de caminhos critico, não traduz o desenvolvimento da prestação de serviços ao longo do prazo de execução do contrato, ou não indica os períodos de realização dos diferentes tipos de tarefas	[6.10[ pontos
SATISFAZ	Verifica, suficiente qualidade na apresentação das tarefas e seu encadeamento no tempo e	[10.14[ pontos

	precedências, traduz o desenvolvimento da prestação de serviços ao longo do prazo de execução de contrato, indica os períodos, de realização dos diferentes tipos de trabalho e inexistência de caminho critico ou deficientemente elaborado.	
BOM	Verifica, representação tão completa quanto possível das diferentes tarefas a executar, com identificação das precedências e seu caminho critico, bom encadeamento dos diferentes trabalhos, sua sequencia e articulação, indica claramente os períodos de realização dos diferentes tipos de tarefas, relacionando-as com locais de intervenção existência de caminho critico, cumprindo a quase totalidade dos aspetos essenciais para o plano de trabalhos, boa relação entre o programa de mão-de-obra e plano de equipamentos.	[14.18] pontos
EXCELENTE	Verifica, representação completa e integral de tarefas, cumpre integralmente os aspetos exigidos para o plano de trabalhos, excelente programação, no encadeamento e articulação das	[18.20] pontos



<p>tarefas da prestação de serviços, muito boa pormenorização das tarefas, bem como das relações de precedência e das tarefas críticas bem definidas (caminho critico) para cumprimento cabal do prazo de execução do contrato e do financiamento do PDR2020, traduzindo de forma exhaustiva o desenvolvimento da prestação de serviços ao longo do prazo da execução da obra, indicando claramente os períodos de realização dos diferentes tipos de tarefas, relacionando-as com todos os locais de intervenção, perfeita entre o programa de mão-de-obra, o plano de equipamentos e o eventual programa de pagamentos.</p>
---

- d) Para a obtenção da pontuação global deste fator, construiu-se a fórmula a seguir indicada, tendo em conta o somatório das pontuações obtidas em cada um dos subfatores:

$$QTP = (MDJ*0,65) + (PT*0,35)$$

Sendo:

QTP: Qualidade técnica da proposta

MDJ: Memória descritiva e justificativa

PT: Plano de trabalhos

- A escala de pontuação a utilizar é a seguinte: 0 a 20 pontos.
- O arredondamento é efetuado às centésimas.

A proposta economicamente mais vantajosa corresponde à que tiver melhor pontuação global, cujo arredondamento é efetuado até às centésimas.

Na eventualidade de haver pontuações finais iguais, casos de empate entre as propostas, o desempate será efetuado pelos seguintes critérios:

- Em primeiro lugar, considerar-se-á a proposta que tiver obtido a maior pontuação no fator preço (PP).
- Em segundo lugar, atribuir-se-á vantagem à proposta com maior pontuação no subfator memória descritiva e justificativa (MDJ).

### **Artigo 13.º - Leilão eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.

### **Artigo 14.º - Relatório preliminar de análise das propostas**

1. Após a análise das propostas, o júri elaborará fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação e modelo de avaliação definido no presente programa de concurso.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos indicados no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

#### **Artigo 14.º - Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes para que no prazo de 5 dias úteis, se renunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

#### **Artigo 15.º - Relatório final de análise das propostas**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

### **CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO**

#### **Artigo 16.º - Notificação da decisão de adjudicação**

O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo, todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

### **Artigo 17.º - Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:
  - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao CCP, e que constitui o Anexo III do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
  - b) Certidão contributiva a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social (certidão contributiva) em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Certidão tributária a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva (empresa) e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções,

destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

- e) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar ou, no caso de não estar inscrito, certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, com todas as inscrições em vigor;
- f) Certidão do registo comercial (certidão permanente), com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

2. Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.
4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias úteis para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
5. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em

falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias úteis para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

6. Os documentos identificados no presente ponto devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>

## **CAPÍTULO V – CAUÇÃO**

### **Artigo 18.º - Caução para garantir o cumprimento das obrigações**

1. Os adjudicatários devem prestar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração dos contratos, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
2. A caução referida no número anterior deve ser prestada:
  - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante do Anexo IV, ou;
  - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo V.

### **Artigo 19.º - Liberação da caução prestada**

1. No prazo de 30 dias após o cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte dos cocontratantes, a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves promove a liberação da caução.

2. Decorrido o prazo referido no número anterior, o cocontratante deve notificar a Junta de Freguesia de Ferreira de Aves para liberação da caução, a qual deve ser efetivada no prazo de 5 dias úteis.
3. Se no prazo de 15 dias úteis a contar da notificação referida no número anterior, a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves não proceder a liberação da caução, os cocontratantes ficam autorizados a promovê-la.
4. A mora na liberação da caução, confere aos cocontratantes, o direito a uma indemnização por perdas e danos decorrentes da manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.

## **CAPÍTULO VI – CONTRATO**

### **Artigo 20.º - Redução do contrato a escrito**

1. Os contratos são reduzidos a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a oposição de assinaturas eletrónicas qualificadas.
2. Salvo disposição em contrário, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

### **Artigo 21.º - Minuta do contrato**

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias úteis subsequente á respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integrem o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de 10 dias úteis a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato procede à notificação do adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da mesma.
5. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

### **Artigo 22.º - Outorga do contrato**

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;



- b) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP e no caderno de encargos;
- c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 dias úteis, a data da outorga e remessa do contrato com a extensão tipo "pdf".

## **CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GENÉRICAS**

### **Artigo 23.º - Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças do concurso**

A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.

O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma eletrónica.

A plataforma eletrónica é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso.

### **Artigo 24.º - Assinatura eletrónica**

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
4. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

#### **Artigo 25.º - Apoio técnico referente à plataforma eletrónica**

Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

**Artigo 26.º - Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos**

1. À contagem de prazos relativos ao presente procedimento é aplicável o disposto no artigo 470.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
3. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte, salvo no que diz respeito ao prazo de apresentação de propostas previsto no número anterior.

**Artigo 27.º - Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a)* Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b)* Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c)* Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d)* Em demais legislação aplicável.

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

Anexo II – Modelo para proposta de preços

Anexo III - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

Anexo IV – Modelo de depósito bancário.

Anexo V - Modelo de garantia bancária/seguro caução.

## ANEXO I

## MODELO DE DECLARAÇÃO

## Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

## Proposta de preços

## Identificação do Concorrente

Denominação:

Número de Identificação Fiscal:

## Proposta de preços

(Valores em Euros)

Cód. Artigo	Descrição	Unidade	Quantidades	Preço de referência	Total preço de referência
1	Ordenamento e Gestão Florestal				
1.1	Controlo da vegetação espontânea				
1.2	Desbastes				
1.3	Desramação				
2	Infraestruturas				
2.1	Recuperação da rede viária				
<b>TOTAL</b>					<b>0,00</b>

**Nota:** Todos os preços devem ser apresentados em euros, com apenas duas casas decimais



## ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ..... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ..... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4)

não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO IV

## MODELO DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO POR GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

[a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do CCP]

Vai ..... [nome do adjudicatário], com sede em ..... [morada], depositar na ..... [sede, filial, agência ou delegação] do Banco ..... a quantia de ..... [por algarismos e por extenso] em dinheiro/em títulos ..... [eliminar o que não interessar], como caução exigida para ..... [identificação do procedimento], nos termos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, pessoa coletiva de direito público n.º 506 634 426, com sede na Rua da Junta de Freguesia, n.º 55, 3560-044 Ferreira De Aves, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



## ANEXO V

## MODELO DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO POR GARANTIA BANCÁRIA

## OU SEGURO-CAUÇÃO

[a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do CCP]

Em nome e a pedido de ..... [nome do adjudicatário], vem o(a) ..... [nome da instituição garante], pelo presente documento, prestar, a favor da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, pessoa coletiva de direito público n.º 506 634 426, com sede na Rua da Junta de Freguesia, n.º 55, 3560-044 Ferreira De Aves, uma garantia bancária/seguro-caução [eliminar o que não interessar], até ao montante de ..... [por algarismos e por extenso], destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do contrato de ..... [identificação do procedimento], nos termos dos n.ºs 6 e 8 / n.ºs 7 e 8 [eliminar o que não interessar] do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o Banco/Companhia de Seguros [eliminar o que não interessar] garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar

em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

(O presente documento, contém assinatura eletrónica qualificada do cartão de cidadão do Presidente, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, na sua atual redação.)